

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 538.273 - SP (2019/0302298-8)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
IMPETRANTE : **MARCELO LUIZ BORRASCA FELISBERTO E OUTROS**
ADVOGADOS : **MARCELO LUIZ BORRASCA FELISBERTO - SP250160**
 JOSUÉ FERREIRA DA SILVA - SP342018
IMPETRADO : **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
PACIENTE : **THOMAZ HENRIQUE YAMAGUCHI DA SILVA**
INTERES. : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de THOMAZ HENRIQUE YAMAGUCHI DA SILVA apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (HC n. 2174961-22.2019.8.26.0000).

Consta dos autos que o paciente foi denunciado pela suposta prática dos crimes previstos nos arts. 319 e 344, ambos do Código Penal, tendo-lhe sido impostas medidas cautelares alternativas, dentre elas a suspensão do exercício da função pública e o recolhimento noturno.

Pleiteada a revogação das referidas medidas, o Juízo de primeiro grau indeferiu o pedido.

Impetrado *habeas corpus* no Tribunal de origem, a ordem foi denegada (e-STJ fls. 709/714).

No presente *writ*, sustentam os impetrantes que "os motivos que poderiam subsistir quando do pedido da aplicação de tal medida e sua consequente decretação não mais subsistem" e que "o paciente é Guarda Civil há mais seis anos, e serviço público, na área da segurança, há mais de nove anos, tempo este em que congratulado com diversos prêmios e elogios pela sua exímia atuação no combate a criminalidade" (e-STJ fl. 8).

Pontuam que "a guarda civil apresentou parecer no sentido da importância de seus préstimos, os quais podem ocorrer em funções burocráticas, no interior da sede da guarda e até no período noturno. Exercendo suas funções desta maneira, não teria como ter contato com a suposta testemunha ameaçada e nem

Superior Tribunal de Justiça

atrapalharia na investigação criminal" (e-STJ fl. 8).

Destacam que "os demais guardas que encontravam-se na ocorrência e também tiveram contato com a suposta testemunha, permanecem sem qualquer imposição de medida cautelar, devendo ser aplicado, em seu favor princípio da isonomia previsto no *caput* do artigo 5º da própria Constituição Federal" (e-STJ fl. 8).

Alegam, ainda, que "a suposta grave ameaça ocorreu antes até da lavratura da ocorrência policial, ou seja, não havia sequer processo policial instaurado e a testemunha protegida foi inquirida posteriormente" (e-STJ fl. 9).

Buscam, inclusive liminarmente, sejam revogadas as medidas cautelares de afastamento da função pública e recolhimento noturno.

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência, sobretudo porque se extrai do acórdão impugnado o seguinte (e-STJ fl. 713):

Estamos diante de delitos extremamente graves, conexos ao homicídio de um adolescente, que grande mal causam à sociedade, praticados mediante violência, o que denota a periculosidade do paciente, de modo a justificar a manutenção das medidas cautelares.

De todo o exposto na denúncia, com acerto a decisão ora atacada, a fim de resguardar a tranquilidade das testemunhas protegidas em comparecerem e prestarem seus depoimentos em Juízo, não havendo, por ora, que se falar em revogação das medidas.

Ademais, a imposição da suspensão de exercício de função pública (Guarda Municipal) deu-se sem prejuízo de recebimento de seus vencimentos.

Assim, não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos, sem o que não há como verificar o alegado constrangimento ilegal.

Ante o exposto, **indefiro a liminar.**

Superior Tribunal de Justiça

Solicitem-se informações ao Juízo de primeiro grau e ao Tribunal de origem, ressaltando-se que esta Corte Superior deverá ser informada de qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto deste expediente.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do Conselho Nacional de Justiça.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 08 de outubro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator

